

O projeto reconhece que a segregação urbana é também uma forma de LGBTfobia. A cidade, quando não acolhe, expulsa. Quando não protege, violenta. E quando nega a presença de corpos dissidentes, reforça a estrutura de um poder que hierarquiza vidas. Inspirado nas teses de Lefebvre e Harvey sobre o Direito à Cidade, este manifesto propõe uma inversão de paradigma: que o espaço público volte-se à vida social e à presença plural, e que o acolhimento seja entendido como prática urbana, não como exceção assistencial ou de caráter exclusivo da arquitetura.

O terreno destinado ao Centro Erika Hilton, próximo ao Metrô e a equipamentos LGBTQ+ (Imagem 3), é mais que uma escolha técnica, é um gesto político. Sua implantação representa um ato de requalificação e reparação urbana, um contraponto à violência da omissão. O Centro ancora o acolhimento na malha da cidade e transforma o Eixo

Cívico em Polo de Resistência Cívica, reescrevendo o território da exclusão como território de dignidade. A Arquitetura da Reparação exige não apenas abrigo, mas presença. Cada espaço projetado busca devolver à comunidade o direito de existir plenamente, de estar, conviver e celebrar. Requalificar o espaço público é também reescrever a

história: fazer da Ceilândia não o símbolo da ausência, mas o território da resistência, onde o direito ao acolhimento, ao abrigo e à cidade se torna o direito à vida.



3 REQUALIFICANDO O EIXO CÍVICO DE CEILÂNDIA/DF (isométrica esquemática com propostas de usos e ocupação)

A Requalificação do Eixo Cívico é o ato de Reparação Urbana que corrige a falha estrutural de Ceilândia e combate o segundo apartheid urbano da gentrificação, transformando a segregação em Justiça Espacial. Esta proposta sistêmica responde ao vazio de uso e à vulnerabilidade de um entorno composto majoritariamente por casas de gabarito baixo e população socialmente vulnerável, cuja ausência de convívio social nos espaços públicos intensifica a insegurança.

A intervenção urbana é radical (ilustração do conceito projetual na isométrica abaixo), principalmente sob a ótica de planejamento urbano do DF, onde a hierarquização urbana não faz questão de esconder a sua preferência pelos veículos individuais motorizados ao pedestre e às interações humanas. A nova intervenção exige que o metrô (atualmente uma barreira física ao eixo central em muitos trechos), as vias expressas e arteriais, todas sendo subterrâneas e/ou semi-enterradas, para liberar a superfície do eixo para a vida e às relações sociais urbanas em simbiose com o tecido urbano e a sua

estruturação, além de tipos de mobilidade que fomentam o encontro, a apreciação da paisagem e o ritmo humano da vida, sem a pressa habitual das relações e dinâmismos sociais modernos, voltados sobretudo para a eficiência da produção do Capital. Na seção transversal, a mobilidade é minuciosamente hierarquizada: a via rápida principal é sutilmente separada e semienterrada/enterrada em alguns trechos para isolar o tráfego de alta velocidade, garantindo que o eixo central seja inteiramente dedicado ao pedestre, ciclistas, transporte coletivos, à biodiversidade do Cerrado e ao convívio humano. Sobre o novo Eixo Cívico, os transportes de massa VLT (a 10 km/h, diminuindo a insegurança dos pedestres e ciclistas, além de valorizar a contemplação das paisagens urbanas, durante o deslocamento espacial dos usuários) e BRT são integrados de forma segura, garantindo que a infraestrutura valorize a escala humana.

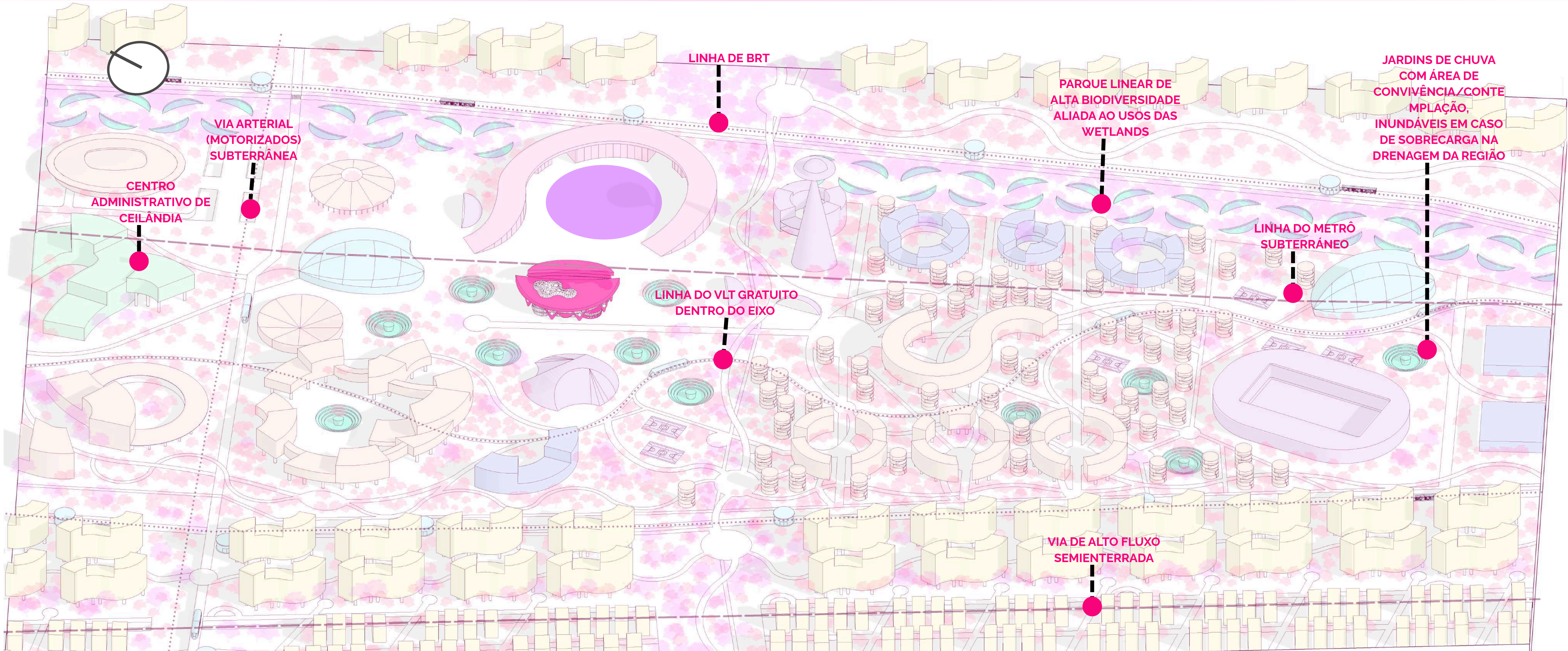
A nova paisagem arquitetônica é cuidadosamente projetada para gerar os “olhos da cidade” (Jacobs) e fomentar a convivência.

As edificações têm altura máxima de seis pavimentos, preservando uma relação humana e visual direta com o espaço público térreo. Além disso, suas formas arredondadas foram concebidas para eliminar ângulos cegos e oferecer aberturas visuais em todas as direções, favorecendo a vigilância natural e a sensação de segurança. A ocupação mista combate a monotonia funcional: Em Amarelo (na isométrica abaixo), a Habitação de Interesse Social (HIS) é implantada com térreo livre, essencial para o convívio e a apropriação coletiva. Em Laranja, o gabarito é reservado para HIS de uso misto, integrando moradia, comércio local e cooperativas, e uso institucional em alguns casos, ativando dinamicamente a economia, atendimento à população, o encontro e usos no térreo. Em Azul, ancoram-se os usos Institucionais (Escolas, casa de idosos, etc), cimentando o serviço público no coração do eixo. Em Roxo, o uso Cultural é destacado pelo Centro de Eventos e ao Mirante posicionado sobre a Caixa d’Água (um landmark que, além de

símbolo, funciona como reservatório para irrigação em estiagem e combate a incêndios). O Centro de Lutas (em rosa-claro) cria o polo de engajamento cívico. Sua interseção com o Centro Erika Hilton (em púrpura) é um ato de design interseccional, dedicando espaços específicos para as pautas de grupos oprimidos.

A Resiliência Climática é integral: as Wetlands tratam águas cinzas das edificações, refrescam o eixo através dos ventos de leste e fornecem água à vegetação nativa e densa do parque. Os Jardins de Chuva (em verde) resolvem a drenagem quando da área plana quando em situações críticas e garantem a permeabilidade total do novo Eixo Cívico, além de promoverem espaços de estar e convivência em suas escadarias.

Este projeto afirma o Direito à Cidade (Lefebvre e Harvey), entregando não apenas infraestrutura, mas o uso pleno e seguro do espaço público.



- Centro Erika Hilton
- Praça da resistência
- Wetlands/Jardins de chuva
- Térreo semi-permeável e ocupação comercial cooperativista, demais pavimentos (até seis) ocupação de HIS.
- Equipamentos de saúde
- Polo de Lutas e Diversidade
- Estações de mobilidade metrô/BRT
- Uso residencial estrito
- Uso comercial estrito (feira livre, mercado público, praça de alimentação, etc)
- Equipamentos de lazer/educação/cultura

